



CONCEPÇÕES DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA E DO SER CRIANÇA NO BRASIL

LAISE SOARES LIMA

TACYANA KARLA GOMES RAMOS

EIXO: 5. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

Resumo: Reconhecendo a criança como um ser histórico e cultural que configura e compartilha ativamente significados com seus pares, o presente estudo tem por finalidade identificar como se formou historicamente o sentimento de infância e as concepções de criança no Brasil. Pautado numa pesquisa de revisão bibliográfica, o texto apresenta marcos essenciais a partir do surgimento da infância enquanto categoria social, permitindo perceber que apesar dos estudos com crianças serem recentes, a trajetória de legitimação desses sujeitos é fruto de um processo amplo e sinuoso. As reflexões construídas se fundamentam na legislação brasileira, que versa sobre o direito da criança no país, em aportes da Sociologia da Infância e no trabalho de pesquisadores como Ariès (1981), Del Priore (2000), Kuhlmann Jr. (2004), Rocha (2002), Santos (2007), dentre outros que discutem a história da criança no Brasil.

Palavras-chave: Concepções. Criança. Contexto histórico cultural. Infância.

Abstract: Identifying children as historical and cultural human beings that set up and actively share meanings with their peers, this study aims to identify how the sense of childhood was historically formed and how children are seen in Brazil. Based on the review of the literature, this article presents key stages that go from the beginning of the childhood in the society, so it allows us to realize that despite the studies about children are mostly new, the trajectory of legitimation of these children is a result of a broad and winding process. This paper is based on the Brazilian legislation, which deals with the right of children in the country, the contributions of sociology of childhood, and studies developed by researchers such as Ariès (1981), Del Priore (2000), Kuhlmann Jr. (2004), Rocha (2002), Santos (2007). In addition, it was mentioned researches about historical aspects of the childhood in Brazil.

Keywords: Conceptions. Child. Cultural-historical context. Childhood.

INTRODUÇÃO

Compreender a criança e o sentimento de infância na sociedade brasileira nos leva primeiramente a perceber as diferentes representações que esses sujeitos receberam e impuseram ao longo da história. As crianças estiveram e estão a todo tempo inseridas no âmbito social, vivenciando e partilhando significados de uma determinada cultura a elas designadas e por elas reformuladas.

Contudo, a preocupação e o interesse em identificar e estudar a criança e a infância teve início no Brasil e em diversos lugares do mundo somente a partir do século XIX.

Neste sentido, o presente estudo objetiva identificar as concepções que foram atribuídas à criança e infância no Brasil. Partindo da compreensão de Ariès (1973), em que a criança e a infância, como categoria social, é uma invenção da Modernidade e tem como berço primordial a escola e a família. Posteriormente, abordando diferentes aspectos para se

aproximar da concepção de que a criança é um ser histórico, social e cultural detentora de direitos os quais foram reconhecidos legalmente pela sociedade brasileira. Por fim, apresentando indicações conceituais da Sociologia da Infância que defendem a ideia de que a criança é um ator social desde bebê.

Deste modo, o texto produzido por meio de uma revisão bibliográfica pode ser reconhecido como um instrumento de grande significância para se refletir sobre os resquícios históricos que atualmente se apresentam nas concepções de criança e infância.

O INÍCIO DO RECONHECIMENTO INFANTIL

Distintos significados historicamente foram conferidos a criança em função das diferentes relações estabelecidas. Neste sentido, conforme afirma Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004, p. 15) “a história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade”. Logo, para reconhecer a infância atual e o sujeito que inserisse nesta fase da vida, não se pode desvincular as visões históricas da criança, ou seja, a concepção de infância e criança foram construídas ao longo da história influenciadas pelos valores presentes na sociedade.

A publicação da obra “História social da infância e da família” de Philippe Ariès, em 1973, torna-se o marco histórico para iniciar a se pensar a criança sobre um novo viés. Contudo, até esse momento, o interesse pela temática como objeto de estudo, pelos historiadores, era escasso. A partir da percepção da infância como fenômeno histórico e não somente natural, Ariès defende que a infância, como conhecemos atualmente, era inexistente antes do século XVI. Ao abordar o tema, o referido autor afirma que a infância era ignorada, havia uma ausência, uma falta de lugar para criança nesse contexto. Conforme salienta Ariès, (1981, p.10) o termo infância utilizado até o final da Idade Média além de ser amplo abrangia crianças e adolescentes, tendo o sentido de dependência, sendo apenas durante o século XVII que a palavra infância refere-se à criança pequena.

Vale ressaltar que isto não significa negar a existência biológica das crianças, elas sempre estiveram inseridas em todos os períodos da humanidade. Significa reconhecer que a infância enquanto categoria social autônoma e diferenciada do gênero humano se constitui apenas na Idade Moderna (SARMENTO e PINTO 1997, p.13).

A ausência do sentimento de infância é defendida por Ariès devido os altos índices de mortalidade e pelo modo como as crianças viviam indistintamente dos adultos. Os trajes, a linguagem, os brinquedos e as situações cotidianas manifestavam a influência predominante adultocêntrica, negando as singularidades infantis. Desse modo, é possível identificar que não existiam estágios para o desenvolvimento da criança, por exemplo, sendo a vida relativamente igual para todas as faixas etárias. Assim, as crianças eram consideradas adultos em miniaturas, por serem projeções dos adultos, se vestindo, falando e vivenciando espaços de forma similar.

De acordo com Rocha (2002), não se tinham restrições na presença das crianças, tudo era permitido como forma de prepará-las para exercerem seu papel na sociedade:

Os adultos se relacionavam com as crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais. Isto ocorria porque não acreditavam na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças (ROCHA, 2002, p.55).

Nesse sentido, o grupo familiar possuía uma vida pública e sem privacidade. A aprendizagem e educação das crianças ocorriam na participação destas no trabalho, nos jogos, festas e outras atividades que cotidianamente os adultos executavam. Todavia, com o pensamento moralista da Igreja Católica e com as transformações econômicas, mudanças começaram a serem instaladas no interior das famílias que foram desde o espaço físico até as relações compartilhadas. O modelo burguês apresenta uma nova configuração de família que almeja a intimidade e a privacidade na relação, bem como, novos valores e percepções, sobretudo quanto à educação das crianças (ANDRADE, 2010).

A criança, a qual anteriormente era deixada em segundo plano, começa a assumir papel central na família, sendo os pais responsáveis pelo seu cuidado e desenvolvimento. Considerada como um ser frágil e dependente, a família tinha a missão de ajudá-la a construir o futuro, de formá-la para a vida, o que acaba deixando a criança numa condição diferente do adulto.

Logo, Kramer (1992, p.17) enfatiza que o novo contexto familiar acaba por construir um novo sentimento de infância, por visualizar a criança diferenciadamente do adulto, assim “sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças; corresponde, na verdade, à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que a distingue do adulto e

faz com que ela seja considerada como um adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento”.

Consequentemente, a palavra infância tornou a assinalar a primeira fase da vida da criança, caracterizando a necessidade de proteção, amparo e dependência, o que conceituava as crianças como seres biológicos que precisavam de cuidados para se manter, além de uma educação moralmente disciplinada. O sentimento de infância, além de levar a paparicação dos adultos a esses seres considerados frágeis, percebe que a criança é incompleta, o que acaba por confirmar a importância da escola para disciplinar em um espaço próprio esse “futuro cidadão”. Neste contexto, a escola tornou-se um mecanismo de preparação dos pequenos com a missão de encaminhá-los a sociedade (BERNARTT, 2009).

No Brasil, as concepções de criança e de infância foram influenciadas por fatores que apresentaremos a seguir.

CONCEPÇÕES BRASILEIRAS E DIREITOS DA CRIANÇA

A história da criança no Brasil apresenta influências e características comuns dos países Europeus. Ocorrendo no quadro das transformações societárias, a vivência infantil é condicionada conforme a referência social, racial e de gênero, o que tornou a infância singular, ressaltando as diversas maneiras de ser criança em uma mesma cultura (ANDRADE, 2010).

Com o processo de colonização, a concepção de infância brasileira é decorrente dos hábitos, costumes e modos de diferentes povos que se adentram nesse novo “mundo”, trazendo consigo seus filhos e demais crianças para povoamento. A criança passa a ser compreendida como objeto submisso, uma massa finda para ser afeiçoada e alocada de acordo com suas características sócio-econômicas ao trabalho. Desse modo, não havia uma hegemonia entre as crianças desse período, o que possibilitou a construção de uma concepção de infância pautada nas necessidades do dinamismo do sistema, ou seja, crianças negras e indígenas recebiam um tratamento diferenciado, tendo o trabalho como prática comum, assim como as crianças de classe economicamente alta possuíam uma vida de mimos e divertimento (SANTOS, 2007).

Contudo, caracterizando que até mesmo as crianças brancas de classe alta possuíam vivências diferenciadas, Mary Del Priore (2008), ao analisar a vida de Luísa a Condessa de Barral e do Imperador Dom Pedro II entre 1840 e 1889, expõe a diferença entre esses sujeitos quando crianças, ao mesmo tempo em que demonstra a influência europeia no cuidado e tratamento das crianças:

Diferentemente de Luísa, cuja infância foi cor-de-rosa, cercada dos pais que lhe enchiam de atenções, a de Pedro foi solitária. Com um ano, morreu-lhe a mãe de tristeza e, diziam, maus-tratos que lhe impingia um marido grosseiro. O menino foi levado pela mão até o caixão para beijar, pela última vez, a mão da imperatriz. Com um ano, o príncipe já vestia calças, jaleco e levava a placa do Cruzeiro, condecoração criada logo após a Independência, presa ao peito. Parecia um adulto em miniatura e tinha acessos de criança mimada (PRIORE, 2008, p. 32).

As diferenças econômicas entre as crianças assinalavam também um problema social, que acabou por mobilizar a coroa portuguesa na busca de soluções. Crianças pobres, doentes, ou de relacionamentos extraconjugais eram abandonadas com frequência nas ruas, deixadas nas portas de casas e igrejas. Algumas conseguiam sobreviver graças a ajudas, porém, outras morriam de fome e frio. Um problema real e crescente que necessitou de uma intervenção. Consequentemente, a coroa portuguesa implanta no Brasil a “Roda dos Expostos” nas Santas Casas de Misericórdia. Tendo cunho religioso as Rodas eram espaços em que as mães poderiam deixar seus bebês para caridade, sem que sua identidade fosse revelada (BERNARTT, 2009).

É nesse período também que uma nova discussão sobre a infância começa a se consolidar no país. Conforme enfatiza Mauad (2000), ao estudar as crianças nos anos oitocentistas, as singularidades da infância e da adolescência se tornam exploradas no século XIX, ganhando nova visão os termos criança e adolescente. A criança que inicialmente chega ao país compartilhando modos de viver semelhantes aos dos adultos começa no século XIX a ser considerada pelas características de sua faixa etária. Porém, os princípios norteadores para vida continuavam a ser ordenados pelos mais velhos.

O contexto social brasileiro em muitos momentos do século XIX mostrava condições precárias de vida nas grandes cidades. De acordo com Passetti (200, p.348), “sobreviver, continuou sendo tarefa difícil para a maioria da população tanto no Império como na República”. Essas dificuldades afetavam diretamente muitas crianças brasileiras que, carentes de cultura, cuidados e sem condições financeiras, acabavam por se tornar delinquentes (PASSETI, 200,

p.38). A criança pobre e desvalida vai ganhando as ruas brasileiras, tornando-se cada vez mais notória tal situação, principalmente com os avanços industriais.

As transformações culturais, econômicas, políticas e sociais decorrentes do avanço do capitalismo, trazem consigo a industrialização e a necessidade de mão de obra, o que imprime como indispensável o trabalho infantil. A infância ajusta-se e é secundarizada em nome da evolução e da modernidade. São destinadas as crianças diversas funções, sem levar em consideração os perigos e males que podiam ser ocasionados devido seu despreparo ou sua insuficiente idade. Assim, muitos vinham a óbito, outros machucavam-se e as remunerações dificilmente eram pagas pelo seu trabalho.

Nesse sentido, Priore (2000, p.124) ressalta ainda que

À mercê dos interesses do empresariado, a criança operária transforma-se num trabalhador como outro qualquer, cuja natureza, quanto vem à tona, como por exemplo ao transgredir a disciplina da fábrica, é penalizada com repreensões que atingem, muitas vezes, os limites do castigo corporal.

Dentro dessa perspectiva, onde a criança é explorada em busca do capital, bem como devido ao grande número de mortalidade infantil, decorrente das faltas de cuidado e do rigoroso trabalho, o final do século XIX proclama com novos saberes voltados a humanização, a necessidade de cuidados direcionados a saúde e higienização da criança. A criança passa a ser vista sob uma nova perspectiva, recebe orientações e cuidados, sobretudo médicos, para que possa crescer forte e saudável a fim de desenvolver as atividades futuras.

Manuais, como os escritos da missionária Sarah Kalley, no livro “A Alegria da Casa” (1886), expõem estratégias para disciplinar através da higienização os sujeitos. Segundo Buriti (2011, p.12), “a escritora inscreveu o cotidiano das mulheres do seu tempo em suas relações com os homens, com os filhos, com a sociedade, com a saúde e com a doença” demonstrando, por meio de um discurso pautado na medicina e particularmente destinado as mulheres, cuidados que deveriam ser tomados para o bem e a saúde de todos.

As mães, por sua vez, deveriam aprender e ensinar cotidianamente a pedagogia da boa higiene, imprescindíveis para o corpo e para alma, o que além de minimizar o número de mortes ou doenças entre os familiares, possibilitava a ascensão da família. Além disso, Buriti (2011, p.12) afirma que “a higiene das crianças se torna mais imperiosa do que a dos adultos. Os cinco sentidos das crianças são treinados, de modo a cada um reconhecer os cheiros, os odores, os sons, as práticas”.

Logo, a infância concedida como possível a modificações em favor da sociedade assinala a importância de cuidados às crianças, assim como, respalda a necessidade de políticas específicas queensem esse sujeito de forma mais ampla, desvinculado do adulto. De tal modo, a carência da administração pública brasileira em se preocupar com as crianças, principalmente as mais desfavorecidas, fortalece alguns grupos a lutar e atuar no início do século XX pelos direitos infantis. De acordo com Bernartt (2008, p.4):

A difícil realidade da maioria das crianças brasileiras e as consequências sociais dessa situação, associada às pressões de mecanismos internacionais, impulsionaram ações de atendimentos às crianças e adolescentes por parte do poder público. Dessa forma, as medidas de atendimento às crianças vão tornando-se emergenciais e passam a ser concretizadas no início do século XX.

Transformações, proteção, defesa e valorização da criança marcam o século XX no Brasil. Direitos básicos e essenciais, graças ao avanço das ciências, tornam-se a ser ressaltados pelo poder público, legitimando as especificidades da criança e a infância enquanto categoria social.

O trabalho fabril e a urbanização foram os grandes precursores para iniciar a se pensar um atendimento específico para as crianças. Devido as lutas e manifestações dos operários, sobretudo as mulheres, que precisavam trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos, são oferecidas como soluções emergenciais creches e escolas exclusivas para as crianças filhas de funcionários. Entretanto, segundo Oliveira (2005, p.95), esse cenário caracterizou uma realidade “ligada a uma situação produzida pelo próprio sistema econômico, tal ajuda foi reconhecida como um dever social, mas continuou a ser apresentada como um favor prestado, um ato de caridade”.

Posteriormente, outros setores, como o privado e a Igreja em um atendimento filantrópico, puseram-se a garantir

creches e escolas para as crianças brasileiras. Porém, as instituições filantrópicas atendendo as crianças abandonadas e pobres, e as pré-escolas de cunho particular atendendo as crianças ricas, eram ambientes que apesar de serem exclusivos para as crianças, não garantiam seus direitos.

Em decorrer das garantias e princípios internacionais para a criança, como no ano de 1959, o qual a Organização das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Os países, incluindo o Brasil, passam a repensar atitudes e práticas sobre a infância, pois, é enfatizado pela primeira vez a criança como sujeito de direitos que devem ser garantidos pelas nações. A este respeito Marcilio (1998, p.59) assegura que “a Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas”.

Portanto, no Brasil, sobre influência dos documentos internacionais, em 1987, se forma a Comissão Nacional da Criança e Constituinte, e instaura-se a Frente Parlamentar Suprapartidária pelos Direitos da Criança, ao mesmo tempo que os Fóruns de Defesa e do Adolescente ganham força por todo país. Por conseguinte, entre demais esforços da sociedade, estas garantias e reconhecimentos confirmaram na Constituição de 1988 um espaço destinado a defesa e consolidação da criança, como afirmados nos artigos 227, 228 e 229. Como exposto no artigo 227, caput, do subseqüente teor:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição lança, portanto, o que em 1990 seria a base do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Este novo documento promulgado pela Lei 8.069/90, apresenta-se como uma nova fase social em que um novo olhar é lançado sobre a criança. Contendo na sua formulação uma ampla participação atingindo três organizações expressivas: os movimentos da sociedade civil, os juristas e os técnicos de órgãos governamentais.

O EAC além de reconhecer legalmente os direitos da criança (e do adolescente), protege de forma irrestrita a infância e suas especificidades. Firmando uma grande conquista para as crianças brasileiras, transforma significativamente suas vidas, caracterizando missões e atitudes inerentes à pessoa humana, que devem ser efetivadas desde a família por ser a base social da criança, até mesmo a escola que, conforme Souza (2009), deve educar supondo um compromisso com a formação integral da criança, o que vai muito além da transmissão de conhecimentos.

Nessa perspectiva, a década de 80 marca um novo período, fundamental para a história das crianças brasileiras. Percebendo as diversas maneiras e concepções que foram postas ao longo do tempo, revela uma criança legítima e singular, que dependente da cultura a qual partilha irá se desenvolver e atribuir significações. Do mesmo modo, a infância concebida como uma condição do ser criança revela um conjunto de experiências compreendidas no contexto das relações sociais.

Kramer (2006, p.15), nessa ótica, apresenta que:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas.

Conforme observamos, a autora busca romper com o paradigma da criança reconhecida como objeto ou sendo vista como sujeito dependente e incapaz que “será alguém” apenas no futuro, defendendo uma concepção de criança construtora do conhecimento e de sua própria identidade.

Nessa mesma esfera de argumentação, os estudos na área da Sociologia da Infância têm investido em dar visibilidade à infância como construção social e à criança como protagonista social, sujeito capaz de aprovar, propor e resistir diante das situações e ideias para elas reservadas (SOUZA, 2007).

No cenário sócio-histórico atual, as transformações relativas à infância estão entre as mais significativas mudanças socioculturais ocorridas ao final do século XX, deflagrando um conjunto de alterações de valores, de representações e os papéis atribuídos às crianças nas sociedades ocidentais. Doravante, a criança é reconhecida como um valor em si enquanto ser humano integral, no presente, não mais como uma promessa de futuro (da nação, da família, por exemplo): “a criança passa a ser desejada, amada, consultada”, afirma Belloni (2009).

A recente concepção de criança advinda da Sociologia da Infância toma por pressuposto a criança como um ator social situado no tempo e no espaço e reconhece o seu processo de participação como possibilidade de atuação social (SARMENTO, 2008). Concebe a criança enquanto produtora de cultura, que analisa e (re)cria elementos vividos e pessoalmente significativos, principalmente em brincadeiras com seus pares de idade, por meio de representações e releituras desse ambiente sociocultural na qual vai se inserindo ativamente (CORSARO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo a construção sócio histórica do conceito de criança e infância constata-se, portanto, que as legislações que reconhecem e protegem esse sujeito evoluíram de forma significativa, principalmente no século XX, onde há uma introdução e expansão dos mecanismos de garantia social de direitos instituídos através de diretrizes, políticas e programas em todo país.

O recorte temporal apresentado buscou resgatar marcos essenciais para se pensar como o Brasil começou a firmar a criança como prioridade, dispondo de normas que visam ações exemplares na defesa da criança. No entanto, apesar de ter se concebido a criança como cidadã, infelizmente não se existe uma segurança se os direitos expostos na legislação estão sendo efetivados.

As violências e negligências cotidianamente apresentadas com a criança demonstram que os desafios de superação são enormes, comprovando a necessidade de mobilização social em busca da promoção dos direitos da infância brasileira. O que faz perceber a urgência em se deter uma concepção que abarque a criança como heterogênea e única, um ser social, histórico e cultural, que possui diferentes vivências e experiências, assim como necessita de cuidados e de educação os quais devem ser asseguradas pelo Estado.

Por fim, cada período profere um discurso revelador das expectativas e visões atribuídas às crianças. Os episódios acontecidos na história são bases para se refletir um novo conceito desse sujeito, a partir de uma perspectiva que enfatize a infância como categoria social permeada diretamente por condicionantes econômicos, políticos e culturais.

Recentemente está ganhando amplitude a perspectiva de criança possuidora de potencialidades expressas na infância, que mais do que uma fase biológica do desenvolvimento humano, é determinada socialmente, o que a caracteriza como categoria social, não universal, pois, existem muitas infâncias e muitas crianças dotadas de singularidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARIÈS, P. **História social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2009.

BERNARTT, Roseane Mendes. A INFÂNCIA A PARTIR DE UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO. In: **EDUCERE**. Paraná, 29 out. 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2601_1685.pdf. Acesso em 27 de jun. de 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 16 jul. 1990.

BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império**. – Campina Grande: EDUEFCG, 2011.

CORSARO, Willian. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

KUHLMANN JR., M., FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M.(Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15-33.

MAUAD, A.M. A vida das crianças de elite durante o Império. In:DEL PRIORE,M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2.ed. São Paulo : Contexto,2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. **Revista USP (Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI)**: 37: Mar- Abr- Mai: 1998: 46 – 57.

OLIVEIRA. **Educação Infantil**: Fundamentos e Métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil** – 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Condessa de Barral**: A Paixão do Imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ROCHA, R. C. L. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Revista Analecta**. V. 3. n. 2, p. 51-63, jul./dez, 2002.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória do Brasil**. Histedbr, ed. 28, 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf. Acesso em 29/06/2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: Definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). **Estudos da Infância**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890 – 1976). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Gisele (Org.). **Criança em perspectiva**: olhares do mundo sobre o tempo infância. São Paulo: Cortez, 2007.

NOTAS

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Email: laisesoareslima@hotmail.com

Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Católica de Pernambuco. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunto II da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: tacyanaramos@gmail.com.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 07/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: